

## **Partido tenta garantir funções comissionadas na Câmara**

O PSC entrou com pedido de Mandado de Segurança, no Supremo Tribunal Federal, contra ato do Presidente da Câmara dos Deputados Arlindo Chinaglia. O partido pede a destinação de cargos com função comissionada, bem como espaço físico na Câmara, para o desenvolvimento dos trabalhos do partido.

Segundo a ação, nas eleições em 2006 o partido elegeu nove deputados federais, mantendo no momento sete filiados à legenda. Para o presidente do partido, Vítor Nólseis, o PSC tem direito a 13 cargos em funções comissionadas e 24 cargos de natureza especial, num total de 37 funcionários.

Vítor Nólseis alega que, até hoje, o partido conta apenas com cargos de natureza especial. Não tem em seus quadros nenhum cargo de comissão, “o que prejudica enormemente o desenvolvimento dos trabalhos parlamentares”. O partido afirma, ainda, que, além de não cumprir com as nomeações de cargos, o ato da Câmara também dificulta o funcionamento do partido, pois não oferece nenhuma estrutura física e administrativa adequada para o desenvolvimento dos trabalhos parlamentares. O relator do Mandado de Segurança é o ministro Joaquim Barbosa.

**MS 26.639**

**Date Created**

20/05/2007